

Desenvolvimento Econômico, Inflação e Institucionalização Política no Pensamento de Roberto de Oliveira Campos

Prof. Dr. Adilson Marques Gennari – Depto. Economia UNESP, Campus de Araraquara

Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate e elucidação de um aspecto do pensamento conservador no Brasil, através do estudo das idéias de Roberto de Oliveira Campos. Seu pensamento nos anos cinquenta e início dos anos sessenta é a expressão do economista que ao formular é pragmático. Dentro desta perspectiva, seu objetivo explicita-se na busca de soluções para uma economia de capitalismo periférico.

Com vasta e erudita formação dedicou-se intensamente à reflexão econômica, política, histórica e sociológica. Nos anos oitenta recebemos dos discursos e artigos do Senador Roberto Campos, um exótico neo-liberalismo “à la Thatcher e Reagan” que parece vagar no abstrato diante dos dilemas da periferia. Entretanto revelar-se-iam elementos da vanguarda intelectual, cujo ideário iria tornar-se hegemônico nos anos noventa

Introdução:

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate e elucidação de um aspecto do pensamento conservador no Brasil, através do estudo do pensamento do economista Roberto de Oliveira Campos. Trata-se, portanto, de percorrer um dos caminhos teóricos e seus pressupostos, das idéias que culminaram e deram substrato ao projeto político-econômico que emergiu em abril de 1964.

A economia nacional experimentou uma razoável aceleração do ritmo de desenvolvimento industrial no período pós segunda guerra, especialmente com a implementação do grande bloco de investimentos do Plano de Metas. Na fase imediatamente anterior (Vargas), a ênfase de investimentos foi dada aos bens de capital e intermediários (siderúrgica, petroquímica, energia elétrica, etc.). Depois de 1955, embora sem deixar de investir nestes setores intermediários, o peso relativo dos investimentos deslocou-se gradativamente para a geração de um poderoso departamento de bens de

consumo duráveis, resultado dos investimentos por parte dos oligopólios internacionais.

A estrutura econômica capitalista no Brasil teve como uma de suas características fundamentais a presença marcante do Estado na atividade econômica, cuja atuação não se limita a coordenar os investimentos, mas atua enquanto poderoso produtor direto de insumos básicos (intermediários) mantendo ainda, forte e determinante presença no setor de serviços. Em suma, trata-se de um poderoso gerador de infra-estrutura e de possibilidades de financiamentos da acumulação, o que o transforma em regulador e criador das condições gerais da acumulação capitalista.

A crise do início dos anos sessenta tem sua explicação, em boa parte, definida pela ascensão cíclica do período anterior. A fase do Plano de Metas foi marcada por uma grande expansão cíclica da acumulação de capital, com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto em média 7% a.a., determinadas em grande medida pelos investimentos infra-estruturais por parte do Estado e pela implantação de novas plantas industriais.

A radicalidade da crise econômica, política e social do início dos anos sessenta, engendrada pelas contradições do capitalismo brasileiro, ganhou em março de 1964 um desenlace conservador, firmado através do golpe militar.

Assim que se instalou o governo Castelo Branco, foram convocados para ocupar os ministérios do Planejamento e Coordenação Econômica e o da Fazenda, os Srs. Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, respectivamente. Frente às enormes dificuldades econômicas (inflação, crise cíclica, estrangulamento externo, questão do capital estrangeiro etc.) a nova equipe econômica elaborou o Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, que deveria dar as diretrizes para a economia brasileira nos anos 64-66.

Coube, então, à equipe Campos-Bulhões a tarefa de eliminar os entraves para a livre circulação de capital internacional, dos quais a lei de remessa de lucros; as tendências anteriores de reformas estruturais (reforma de base); a luta de classe trabalhadora contra o arrocho salarial e a luta política contra o imperialismo são alguns exemplos.

Outro instrumento de política monetária e que foi peça fundamental de

estabilização, foi sem dúvida a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN (1964), e consigo todo o esquema de indexação da economia. As ORTNs eram títulos reajustados mensalmente segundo a média móvel do índice de preços por atacado e passou a indexar todo o mercado de capitais a partir de meados de 1965.

Quanto à política externa, a primeira tarefa enfrentada pelos ministros Campos-Bulhões, foi a criação de medidas que pudessem tornar sem efeito a moratória unilateral da dívida, do período Goulart, através da elaboração do plano de estabilização que deveria agradar ao Fundo Monetário Internacional. O primeiro a apoiar as medias da nova equipe nesta área foi o governo dos Estados Unidos, que em fins de julho de 1964 anunciaram um “programa de empréstimo”. Assim é que em 1965 já estavam praticamente “normalizados” os empréstimos, inclusive do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico e processo histórico

As circunstâncias político-econômicas do pós-guerra colocaram a questão do desenvolvimento econômico entre os objetos mais estudados e debatidos, principalmente com referência à periferia do sistema. O relevo que assume no debate econômico é sem precedentes em toda a história da ciência econômica desde a fisiocracia. Várias são as formas de pensar e interpretar o desenvolvimento, sendo que algumas delas merecem destaque para o estudo da história econômica brasileira, e particularmente, para o estudo da interpretação dada à questão por Roberto Campos.

Entre as várias escolas existentes no debate brasileiro e latino-americano do período pós-guerra podemos ressaltar as duas correntes mais importantes no âmbito recomendado por nosso objeto de análise. A primeira é a escola estruturalista, inspirada em última análise, no chamado keynesianismo, e a segunda denominada escola ortodoxa ou monetarista, que buscava sua inspiração na chamada escola neoclássica.

Ao refletir sobre desenvolvimento econômico, Roberto Campos desenvolve sua tese de que existe uma incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e redistribuição de renda. Neste sentido, coloca o desenvolvimento como prioritário sobre as questões sociais e entende que a redistribuição do bem estar é uma “ilusão” que “consiste

em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar, em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e, freqüentemente, em detrimento deste”¹. Neste sentido, Campos desenvolve sua idéia afirmando que “a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixo o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivo adequado, o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição da pobreza”².

Para Roberto Campos, “a tecnologia agrícola matou o demônio malthusiano na primeira metade do século XX. E a tecnologia bioquímica o ressuscitou nesta segunda metade do século... Malthus, lembremo-nos, em seu “Ensaio sobre o Princípio da População, de 1798, profetizara uma tragédia social, pelo fato de a população crescer geometricamente, enquanto os meios de subsistência cresciam apenas aritmeticamente. A reprodução superaria a subsistência, gerando uma situação explosiva, que poderia ser precariamente moderada por um freio positivo — a disciplina moral da castidade e do casamento tardio — mas que, provavelmente, teria que ser contida pelos freios negativos — a guerra, a fome, a doença e a miséria... Essa visão apocalíptica (continua Campos) parecia ter sido destruída na virada do século, de um lado pelos enormes avanços na tecnologia agrícola — a genética de sementes, os fertilizantes e o trator — e, de outro, pelo espontâneo decréscimo da fertilidade humana em função da urbanização e do desenvolvimento econômico. Mas se a tecnologia agrícola desmoralizara o malthusianismo, as novas técnicas médicas e higiênicas, e sobretudo dos antibióticos, fizeram cair a mortalidade em ritmo mais rápido que a fertilidade. De outro lado, os países que mais sofreram com a explosão populacional são os menos capazes de aplicar a moderna

1 CAMPOS, Roberto. “As quatro ilusões do desenvolvimento”. Discurso pronunciado na Conferência da CEPAL em La Paz, maio de 1957. In: *Ensaio de história econômica e sociológica*. Rio de Janeiro, APEC, 1963, p. 91.

2 CAMPOS, Roberto. “Cultura e desenvolvimento”. Palestra proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Rio de Janeiro e publicada no Digesto Econômico - março-abril de 1957. In: *Ensaio de história econômica e sociológica*, op. cit., p. 115.

tecnologia agrícola”³.

A incorporação por parte de Campos da teoria da população, o encaminhou, logicamente, para conclusões semelhantes, ou seja, de que é inútil redistribuir-se a renda entre as classes. Neste sentido, Campos conclui que: “Não só o Brasil é um país pobre no contexto internacional, mas a sua pobreza é agravada por uma injusta distribuição de renda. Entretanto, mesmo que a renda fosse irramamente distribuída por toda a população, estaríamos apenas coletivizando a miséria. (...) Sendo a renda por habitante o quociente da divisão do produto global pela população, ele pode ser aumentado de três formas: pela elevação do dividendo, pela diminuição do divisor, ou por uma combinação dessas providências”⁴.

Campos, finalmente esboça as bases de sua teoria do crescimento do bolo concluindo que: “ao contrário do que pensam os socialistas românticos, hoje em franca superprodução no nosso clero, o problema brasileiro não é meramente, nem sequer principalmente, de distribuição injusta da renda nacional. Mesmo que ela fosse irramamente distribuída, objetivo impraticável em virtude da básica desigualdade dos dotes de inteligência e operacionalidade com que fomos brindados pelo Criador — ainda que fosse possível, repito, uma distribuição eqüitativa da renda, estaríamos apenas distribuindo a miséria. A rigor, estaríamos talvez agravando-a, pela diminuição dos estímulos para investimento. (...) Mas por maior o êxito que se obtenha na tarefa da justiça distributiva, o nosso problema básico e grave é a insuficiência de produção”⁵.

Ao analisar a economia brasileira no pós-guerra, Campos entende que o Brasil vivenciou um apreciável nível de desenvolvimento econômico, porém, um desenvolvimento rico em desajustes estruturais. Aqui, Campos revela, embora com nuances próprias, toda uma carga de influências da escola estruturalista ligada à CEPAL.

Analizando a economia brasileira e a crise dos anos cinquenta, Campos discorre

3 CAMPOS, Roberto. “Para não dizer que não falei de opções”. Rio de Janeiro, 16/18-XI-68. In: *Temas e Sistemas*, Rio de Janeiro, Apec, aproximadamente 1970, p. 53.

4 CAMPOS, Roberto. *Temas e Sistemas*, op. cit., p. 54.

5 CAMPOS, Roberto. “Perspectivas do fundo de quintal...”, 15.IV.69. In: *Temas e Sistemas*, op. cit., p. 159.

sobre os chamados pontos de estrangulamento da economia, e suas causas, defendendo que: “a primeira razão para a emergência de pontos de estrangulamento, de que hoje nos ressentimos, é, realmente, uma mudança de estrutura de nossa economia. A economia brasileira sofreu gradual interiorização. Ao longo do século XIX e início do século XX tornou-se atraente para capitais privados britânicos, franceses e alemães investir em ferrovias, portos e meios de transportes no além-mar, pois os investimentos se orientavam no sentido de facilitar o carreamento de produtos de exportação, os países onde eram feitos os investimentos, para os mercados metropolitanos (...). Com a mudança da tessitura da nossa economia, com a sua interiorização crescente, com a nossa menor dependência quanto ao comércio exterior, diminuiu, de um lado, o interesse estrangeiro no sistema de transporte e, de outro lado, esse sistema de transportes, concebido para uma estrutura centrífuga, orientada no sentido de carrear produtos do interior para a costa, se tornou cada vez menos adequado às necessidades de uma economia em que ligações entre os centros internos de consumo passaram a ser importantes.”⁶.

Nesta perspectiva, pensando no desenvolvimento econômico dos “países pobres”, enquanto momento do capitalismo mundial, Campos afirma que: “entenderemos por países subdesenvolvidos aqueles em que predomina um baixo nível de renda per capita, com uma larga percentagem da população voltada para atividades primárias de baixa produtividade. O processo de desenvolvimento econômico se definiria então, contrário *sensu*, com um aumento na taxa de formação de capital, com adoção simultânea de métodos tecnológicos mais produtivos, e resultante incremento na renda real per capita. Espelha-se, então, o processo promocional num incremento do estoque de capital, de um lado, e no aumento da produtividade do capital existente, de outro. É nessas características medulares, e não no conceito de industrialização *per si*, que repousa essencialmente o processo de desenvolvimento econômico”⁷.

A interpretação de Campos sobre o processo de desenvolvimento foi muito

6 CAMPOS, Roberto. “Pontos de estrangulamento na economia e seus reflexos na produtividade do capital e no desenvolvimento econômico”. Conferência proferida no Conselho Nacional de Economia em 21 de setembro de 1955. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, op. cit., p. 83.

7 CAMPOS, Roberto. “Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico”. Texto da conferência realizada em novembro de 1952 na Escola de Guerra Naval, e publicado no Digesto Econômico - março de 1953. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, op. cit., p. 83.

influenciada pela teoria da arrancada formulada por W.W. Rostow, especialmente depois de 1961, ocasião em que Campos assimila ao seu corpo teórico as teses de Rostow contidas no título “Estágios do Crescimento Econômico”. Campos entende este trabalho da seguinte maneira: “Acabo de ler o livro do Prof. Rostow ‘Estágios do Crescimento Econômico’, em que sob o rótulo de ‘Manifesto anti-comunista’, oferece uma alternativa à teoria de Marx. Ao invés da conhecida seqüência marxista — feudalismo, capitalismo-burguês, socialismo e comunismo — propõe-se uma classificação mais geral da evolução das sociedades, partindo da sociedade tradicional, rotineira e estagnada, para a ‘era da transição’, e a ‘era da arrancada’, a ‘economia madura’ e, finalmente, a de ‘alto consumo’”⁸.

O economista norte-americano W.W. Rostow, que dedicou a maior parte de sua vida ao estudo do desenvolvimento econômico, defende a tese de que as sociedades atravessam cinco etapas: 1) a etapa da economia tradicional; 2) as pré-condições para a arrancada desenvolvimentista (*take-off*); 3) a participação no processo de desenvolvimento, quando o crescimento se torna um dado normal do quadro econômico; 4) a idade madura, quando uma economia está em condições de utilizar todas as potencialidades da tecnologia disponível; 5) a etapa do desenvolvimento pleno, que coincide com um elevado consumo de massa.

O modelo *take-off* foi muito utilizado na obra de Campos. Nosso autor entende que “a teoria da arrancada (*take-off*), imaginosa e formulada por Walt Rostow, vem como uma resposta à fraseologia obsoleta do manifesto comunista. Ao invés da evolução do feudalismo para a burguesia mercantil, o capitalismo industrial e o socialismo, teríamos, com aplicação muito mais genérica, independente de sistemas ideológicos, a transmutação da sociedade tradicional para a sociedade transacional, na qual se processaria a ‘arrancada’ para o desenvolvimento passando-se em seguida à sociedade industrial madura e à civilização de alto consumo”⁹.

O grau de industrialização que se encontrava o Brasil em fins dos anos

8 CAMPOS, Roberto. “O dilema das tesouras”, publicado no Correio da Manhã de 22.01.61. In: *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro, Apec, 1964, p. 109.

9 CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso: a peripécia dos países em desenvolvimento”. In: *A nova economia brasileira*. SIMONSEN, M.H. e CAMPOS, Roberto. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, p. 23.

cinquenta significa para Campos uma fase de transição e de arrancada, onde “os requisitos econômicos da arrancada seriam, primeiramente a criação de infra-estrutura, principalmente no setor de transportes; em seguida, um surto na produção agrícola capaz de financiar a industrialização; em terceiro lugar, um nível de poupança de no mínimo 10% a 12% ao ano; em quarto lugar, a existência de capacidade de importar, seja mediante exportações, seja mediante o influxo de capital, para aquisição de equipamento e matérias-primas; em quinto lugar, a emergência de setores de vanguarda ‘que deflagrem o processo de modernização’. Pressupõe-se ainda a existência de um núcleo empresarial capaz de absorver tecnologia”¹⁰. Dentro deste esforço de entender a economia brasileira à luz das teses de Rostow, Campos recomenda ainda três condições para uma arrancada sem tropeços: “expansão da infra-estrutura, aumento da produtividade agrícola e crescimento das exportações”¹¹.

A Inflação:

Os artigos de Roberto Campos que vão dos ensaios escritos na década de cinquenta e reunidos e publicados em 1963 sob o título *Economia, planejamento e nacionalismo*, até o título *Além do cotidiano*, publicado em 1985, demonstram-nos o que vamos chamar de ecletismo dinâmico. Nos anos cinquenta, Campos privilegia em sua análise as concepções de corte estruturalista, passando no início dos anos sessenta (momento de profunda crise econômica, política e social no Brasil) para uma efetiva “mescla”, onde, sem abandonar uma teorização com conteúdos estruturalistas na análise, passa efetivamente a criticar a escola estruturalista enquanto tal. Sobre a questão, destacamos pela relevância o texto “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. Ainda no início dos anos sessenta, Campos chega a privilegiar aspectos importantes do grande corpo teórico “ortodoxo” e passa à crítica aberta, agora à CEPAL, no título “Os ortodoxos inquietos”, demonstrando sua rota de sintonização com as teses defendidas então, pelo Fundo Monetário Internacional, cuja política de estabilização fora elogiada por Roberto Campos.

10 CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*, op. cit., p. 23-24.

11 CAMPOS, Roberto. “O dilema das tesouras”, op. cit., p. 109.

Já no período que se abre com sua participação nas decisões de Governo (1964), o ecletismo dinâmico de Campos combina nas medidas de política econômica e de planejamento, medidas de combate à inflação de talhe monetarista (um dos propósitos explícitos do PAEG era o de cortar/atacar a demanda), com uma verdadeira ampliação das funções regulatórias do Estado e igualmente a ampliação do que chama sistema produtivo estatal. Talvez seja ilustrativo deste fenômeno a criação de órgãos, instituições e empresas tais como: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, criada em 1965; Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, criada em 1966; Banco Central do Brasil, 1964; Sistema Financeiro da Habitação, 1964; Banco Nacional de Habitação - BNH, 1964.

O tratamento que Campos dispensa ao processo inflacionário é bastante complexo. Inicia sua análise nos ensaios dos anos cinquenta argumentando que: “ordinariamente, contempla-se a inflação como um fenômeno monetário, atribuível, exclusivamente ou quase exclusivamente, à intemperança creditícia, desordem emissão, etc... É abundante a literatura sobre o assunto e não vale a pena repisá-la. Mas é também possível dar uma interpretação estrutural à inflação brasileira, a qual atingiu proporções mais sérias e ritmo mais agudo, em época recente, coincidindo exatamente com a intensificação do processo de industrialização”¹².

Neste sentido, Campos defende que as economias desenvolvidas (maduras), possuem geralmente forte resistência inflacionária uma vez que possuem larga elasticidade da oferta industrial, sendo que estão vulneráveis ao processo de deflação. Nos países subdesenvolvidos, ao contrário, o que ocorre para Campos é que “ao longo do processo de maturação industrial, entretanto, criam-se inevitáveis pressões inflacionárias, que podem transformar-se ou não em inflação aberta; essas pressões sendo como são de natureza estrutural, não podem ser totalmente extintas mesmo com grande sabedoria monetária, conquanto possam ser contidas em níveis razoáveis através de uma esclarecida conjugação de políticas monetárias e fiscais”¹³.

Para Campos, a industrialização traz consigo alguns “germes inflacionários” na

12 CAMPOS, Roberto. “A crise econômica brasileira”. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, op. cit., p. 59.

13 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 60.

medida em que o objetivo da industrialização é a elevação da renda, mas, com o aumento da renda, “existirá também incremento acelerado da procura de bens e serviços e, sobretudo, de produtos básicos da alimentação, pelo menos na fase inicial da elevação das rendas. Está aí um germe inflacionário intrínseco”¹⁴.

O segundo elemento inflacionário apresentado por Campos advém da urbanização, onde o “fenômeno da urbanização provoca mudanças de hábitos, quase sempre no sentido de maior propensão a consumir (e também a importar), devido exatamente à influência do mimetismo urbano. (...) Ao mesmo tempo, há uma maior propensão para investir, visto que a urbanização requer investimentos mais pesados em construção, transportes públicos, obras sanitárias, etc., sem que haja acréscimo correspondente na propensão a poupar”¹⁵.

No curto prazo, Campos aponta seu terceiro germe inflacionário, oriundo das necessidades de produção de equipamentos, sobre o qual afirma que: “Um terceiro germe inflacionário a curto prazo, inerente à industrialização, é o alongamento do período de produção. A industrialização faz com que certo número de fatores seja desviado da produção direta de artigos de consumo básico, para a produção de equipamentos, aos quais permitirão de futuro a fabricação mais eficiente de bens de consumo, mas que, a curto prazo, tendem a exercer impacto inflacionário, porque existem pagamento de renda ao longo de todo o período de construção industrial, sem lançamento de produtos no mercado”¹⁶.

Prosseguindo na análise das causas do processo inflacionário, Campos encaminha-se justamente para a afirmação de um dos pilares das concepções da escola estruturalista, qual seja, da inelasticidade da oferta agrária, apontada anteriormente. Ao analisar a estrutura da economia brasileira neste aspecto, Campos conclui que: “Ao que parece então, dada a dificuldade de dilatação prévia da base agrária, temos de sofrer um processo de industrialização batizando com inflação, para depois, num segundo turno, nos

14 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 61.

15 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 61.

16 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 61.

voltarmos para a base agrária”¹⁷. A solução apontada pelas teses estruturalistas se encaminha no sentido de aumentar a produtividade agrícola através de avanços tecnológicos no setor. Campos entende que a consciência tecnológica é em primeiro lugar, o fenômeno mais industrial do que rural, donde conclui que é necessário se promover avanços tecnológicos primeiramente na indústria, e portanto, as referidas pressões inflacionárias decorrentes da inelasticidade da oferta agrícola são inevitáveis no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos.

Vimos até aqui, as principais causas estruturais existentes na análise de Campos, decorrentes do processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Campos aprofunda a análise da relação entre industrialização e inflação defendendo que “Em primeiro lugar, o processo de desenvolvimento acarreta mudanças estruturais, ao deslocarem-se os fatores de produção primária para a produção secundária e terciária. Dada a imperfeição dos fatores de mercado e os obstáculos à mobilidade de fatores, a rápida diversificação e o crescimento da procura contrastam com um padrão de oferta relativamente inelástica de equipamentos, produtos intermediários e conhecimentos técnicos, necessários tanto à industrialização quanto à modernização das práticas agrícolas. Especialmente durante as fases de crescimento rápido, a mobilização da procura será, provavelmente, maior que a mobilidade da oferta”¹⁸.

Um dos principais pilares das concepções de Campos, neste aspecto, está alicerçado na tese segundo a qual a demanda antecede a oferta. Neste sentido, Campos argumenta que: “uma razão possível para a forte tendência inflacionária, que se nota na maioria dos países subdesenvolvidos, resulta do fato de que o seu processo de desenvolvimento é motivado, em geral, mais pela procura do que pela oferta. Esse desenvolvimento não é um desenvolvimento ‘Schumpeteriano’ que se origina do movimento de produção espontâneo de homens de empresa. É, antes, a aspiração das massas, na ânsia de melhorar o padrão de consumo, que leva os governos a assumir funções empreendedoras e a estimular os empresários particulares a embarcarem em projetos de

17 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 65.

18 CAMPOS, Roberto. “Inflação e crescimento equilibrado”. Trabalho apresentado à Mesa Redonda da Associação Econômica Internacional, Rio de Janeiro, agosto de 1957 e publicado na Revista de Ciências Econômicas, 1960. In: *Economia, planejamento e Nacionalismo*, op. cit., p. 130.

desenvolvimento que ofereçam, pelo menos, uma promessa de aumentos futuros de consumo. Este tipo de desenvolvimento derivado tem, realmente, uma tendência inflacionária congênita”¹⁹.

À nossa análise e exposição das teses de Campos acerca da inflação apresentadas nos ensaios dos anos cinquenta, resta apenas ressaltar a grande preocupação de nosso autor no que tange aos desequilíbrios causados pela própria ação das políticas governamentais. Sem entrar ainda na questão do Estado, é importante frisar que Campos começa a caracterizar a existência de pontos de estrangulamentos na economia, como decorrência da ação de desequilíbrios gerados pela ação dos Governos. Exemplifica sua tese argumentando que: “um exemplo de desequilíbrios provocado é aquele derivado das políticas governamentais de sobrevalorização do câmbio, resultando em sufocamento das exportações, ao mesmo tempo que se desencoraja o ingresso de capital estrangeiro e se reduz a capacidade de importar. (...) A rigidez das tarifas de serviços básicos, tais como transportes e energia, é ainda outro exemplo, pois resulta em um padrão de investimentos deformado, marcado por investimentos insuficientes nos setores de base e provocando sérios pontos de estrangulamento do desenvolvimento”²⁰. Destas colocações, importa reter que Campos defende uma política econômica que viabilizasse o ingresso de capitais estrangeiros e também a necessidade de saneamento das contas públicas, como forma de viabilizar a solução dos pontos de estrangulamento.

Em toda sua trajetória intelectual, ora com mais intensidade, ora com menos, Campos resalta a importância dos fatores monetários para o combate do processo inflacionário. Assim, afirmava no final dos anos cinquenta que “Nem o fato de reconhecer-se que a tendência inflacionária de muitos países atualmente subdesenvolvidos encontre explicação parcial em fatores institucionais e estruturais, deve ser utilizado para fazer vista grossa de políticas monetárias frouxas ou levar a uma subestimação da importância de uma administração monetária adequada, tendente a assegurar compatibilidade entre o

19 CAMPOS, Roberto. “Inflação e crescimento equilibrado”. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, op. cit., p. 125.

20 CAMPOS, Roberto. *Idem*, p. 135.

desenvolvimento e a estabilidade”²¹.

No início dos anos sessenta, momento em que a economia brasileira experimentou uma de suas maiores crises econômicas e políticas desde o imediato pós-guerra, a atitude teórica de Campos em relação à análise estruturalista da inflação altera-se. Se antes, como observamos até aqui, a análise do autor privilegiava os aspectos estruturais como causas fundamentais das pressões inflacionárias, agora, Campos elabora uma refinada crítica, que busca caracterizar a origem dos pontos de estrangulamento, antes pela ação da política econômica dos Governos, do que propriamente pelos desequilíbrios oriundos do próprio processo de industrialização.

Representativo deste fenômeno é o ensaio “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”, de 1961, onde depois de resumir suas versões sobre os conceitos básicos da escola estruturalista e da escola monetarista, Campos explora o argumento de que os chamados pontos de estrangulamento (produção de alimentos, transportes, energia, etc) foram em grande parte, originalmente induzidos pela inflação e que numa etapa posterior passaram a incentivar a inflação.

Neste sentido, Campos intenta criar um modelo com o seguinte aspecto: “um modelo explicativo de um dos métodos possíveis de origem de estrangulamento poderia ser facilmente construído da seguinte maneira: 1) a procura excessiva decorrente das pressões no setor externo (excedentes de exportações em tempo de guerra que não foram compensados por taxas de exportação não gastas ou por importações) levou à inflação de preços. 2) houve tentativas de reprimir a inflação não pelo controle da procura excessiva geral, mas pelo controle de certos preços-chave (gêneros alimentícios básicos, transporte ferroviário, eletricidade, taxa de juros). 3) as poupanças e investimentos privados voluntários foram desencorajadas e substituídos após certo tempo pelo investimento público financiado através de déficits. 4) a inflação foi agravada, surgiram estrangulamentos e casos de ‘rigidez estrutural’”²².

21 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 153.

22 CAMPOS, Roberto. “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. In: HIRSCHMANN, Albert. (org.), *Monetarismo vs estruturalismo*. Rio de Janeiro, Lidador Societas, 1967, p. 86. (primeira edição em língua inglesa em 1961).

Neste aspecto, Campos conclui que o estrangulamento da capacidade de importar defendida pelos estruturalistas, encontram suas verdadeiras causas como resultado de “a) impostos excessivos sobre as exportações devido à taxa cambial ou a distorções nos preços, b) uma política de substituição de importações mal orientada, e c) um método inadequado de financiamento da substituição de importações”²³.

Depois de toda uma reflexão acerca dos aspectos estruturais das pressões inflacionárias presentes na economia brasileira e de sua crítica à ação do Governo enquanto agente fomentador daquele processo, Campos busca agora, uma reconciliação contraditória entre as duas escolas, privilegiando medidas de talhe monetarista para o combate das pressões inflacionárias, defendendo que: “a contradição básica do ponto de vista ‘estruturalista’ parece ser que, precisamente por os ‘estruturalistas’ darem ênfase ao ritmo lento da oferta em países menos desenvolvidos e à limitação das importações, eles deveriam concluir logicamente que o único meio de combater eficazmente a inflação seria a contração da procura excessiva, ou seja, precisamente o que os ‘monetaristas’ vêm defendendo”²⁴.

Campos tenta conciliar os postulados das duas escolas, através de uma política econômica proposta, que atacasse os pontos de estrangulamento por meio de uma política fiscal e monetária ativa. Deste modo, conclui que: “A identificação de estrangulamentos é evidentemente de grande utilidade para que a política fiscal e monetária tenha um papel ativo ainda mais útil; e esta é a linha de reconciliação entre os ‘monetaristas’ e os ‘estruturalistas’. Muito se pode fazer lançando mão das armas fiscais e monetárias no sentido de corrigir estrangulamentos sem investimentos adicionais que iriam apenas agravar a procura excessiva; isto pode ser feito simplesmente por meio de alterações dos incentivos aos preços e reorientação dos investimentos do Governo dos setores menos produtivos para os estrangulamentos (passagem de despesas militares para investimentos na agricultura)”²⁵.

Do exposto acima, concluímos que as teses que Campos defende em seu

23 CAMPOS, Roberto. Idem, op., cit., p. 91.

24 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 91, 92.

25 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 92.

importante ensaio de 61 significam um momento de transição, engendrado pela crise econômica e política de então, ocasião em que Campos passa a reconhecer nas propostas de estabilização advogadas pelo Fundo Monetário Internacional uma saída plausível para a crise em marcha no início dos anos sessenta.

Tudo isso se torna mais claro quando observamos os ensaios de 1967 sobre o assunto. Naquele momento, Campos já conta com uma experiência de Governo enquanto formulador de política econômica, ao lado de Octávio Gouveia de Bulhões, famoso por sua postura eminentemente ortodoxa. Nos ensaios de 67 Campos retoma as idéias da “teoria do bolo”, entendendo que “a inflação é uma luta de classes, que buscam aumentar sua fatia de um bolo que não dá para todos: o governo querendo gastar mais que suas receitas; os empresários, querendo crédito superior à oferta de poupança; os assalariados, desejando salários superiores à produtividade”²⁶. Para combater a inflação, Campos escreve justamente aquilo que aplicou em sua experiência de Governo: “A crua verdade é que nenhum programa sério de combate à inflação pode dispensar a coordenação de três elementos — contenção do déficit do governo, contenção de salários e contenção de crédito — que são os três elementos formadores do excesso de procura monetária”²⁷.

Neste estágio de seu “ecletismo dinâmico”, Campos já está um tanto quanto afinado com as proposituras de corte monetarista, pelo menos no que diz respeito a medidas de política econômica no campo de combate às pressões inflacionárias. Empreende uma análise que quer rechaçar a viga mestra de suas próprias reflexões dos anos cinquenta, negando que a inflação é decorrência do processo de industrialização nas economias subdesenvolvidas. Neste particular, Campos argumenta, de conformidade com as teses do Fundo, que “uma inflação como a brasileira não é um subproduto do desenvolvimento; é apenas sua doença. Não é um acicate do progresso; é uma guerra civil incruenta”²⁸.

Neste processo, Campos desfecha um ataque cerrado à escola estruturalista, por

26 CAMPOS, Roberto. “O bovarismo político, a fúria legiferante... et caterva (II)”. In: *Do outro lado da cerca*. Rio de Janeiro, Apec, 1968, 2^a ed., p. 88.

27 CAMPOS, Roberto. “Da utilidade de Fra Luca Pacioli”. In: *Do outro lado da cerca*, op. cit., p. 121.

28 CAMPOS, Roberto. “O folclore juvenil e o Fundo Monetário (I)”. In *Do outro lado da cerca*, op. cit., p. 185.

ocasião de sua defesa dos princípios do FMI. Em ensaio de 67, Campos defende que: “as antigas explicações ‘estruturalistas’ da CEPAL — inelasticidade de receita de exportações de bens primários e da oferta de produtos agrícolas — estão hoje desmoralizadas. (...) Na realidade, a inelasticidade das exportações resulta, em grande parte, de taxas cambiais irrealistas; e a substituição de importações pela produção doméstica, para escapar à penúria cambial, justificaria uma pequena alta dos custos, e não a inflação desbragada de que fomos vítimas. Também a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas decorre principalmente da tentativa de mascarar a inflação pelo tabelamento dos preços dos alimentos, a fim de aplacar a ira do consumidor urbano, ou da tributação da agricultura para subvencionamento da indústria”²⁹.

Fica evidenciado, portanto, que no período que vai do Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, até o final dos anos sessenta Campos abandona em grande medida toda a sua anterior inspiração estruturalista. Sua crítica ao estruturalismo será recorrente daí por diante e reaparecerá com vigor nos anos oitenta, onde sem mediações, Campos acredita que: “o estruturalismo, como doutrina econômica, empolgou o pensamento latino-americano, com perfusão igual à do keynesianismo no ocidente industrializado. Dele derivaram três conseqüências, todas funestas: políticas monetárias permissivas; pessimismo quanto à expansibilidade das exportações; obsessão com as inflexibilidades estruturais”³⁰.

A crítica empreendida por Campos às teses estruturalistas revelam o embate entre dois projetos distintos e antagônicos para o desenvolvimento econômico brasileiro. O da CEPAL, que defendia a industrialização como processo pelo qual os países “periféricos” alcançariam o capitalismo autônomo; e o de Campos, baseado num quadro geral, onde o desenvolvimento industrial deveria redundar necessariamente na associação da economia brasileira à economia internacional.

A Institucionalização Política:

29 CAMPOS, Roberto. Idem, p. 187-188.

30 CAMPOS, Roberto. “As oportunidades perdidas (I)”. In: *Além do cotidiano*. Rio de Janeiro, 1985, p. 190.

A questão da institucionalização política é das mais importantes para a busca de elucidação da totalidade do pensamento de Campos, uma vez que envolve diretamente a questão do conflito social. No caso específico dado pelos limites deste trabalho, envolve precisamente o tratamento que Campos dispensa à luta de classes no país, seus desdobramentos no que se refere à “instabilidade política” e as formas de participação política das classes e grupos sociais em relação ao tipo de desenvolvimento econômico brasileiro.

As idéias de Campos, neste aspecto, demonstram uma específica tese sobre o autoritarismo. De fato, é constante em sua obra, especialmente a partir da década de sessenta a afirmação de que uma “certa dose de autoritarismo” se faz necessária no período que chama de modernização da economia. No fundo, sua visão autocrática que procuraremos desdobrar adiante, presta-se para viabilizar a propostas de seu “modelo” de desenvolvimento econômico para o Brasil.

As considerações apresentadas por Campos nesta questão estão intimamente relacionadas com o que ele entende por “atos” ou “imperativos” da “Revolução de 64”, que podem ser sintetizados em três momentos distintos. O primeiro refere-se a fase de “incruenta cirurgia econômica”; o segundo refere-se à “transmissão ordeira do comando”; e finalmente o terceiro refere-se à “institucionalização do ideário pela constitucionalização.”³¹

Desdobrando estas questões, e mais uma vez no universo Rostowiano, Campos inicia afirmando que “o mais importante fator de descontinuidade do processo de desenvolvimento e a principal causa do colapso, após a arrancada, é a instabilidade política. (...) A modernidade traz estabilidade, mas o processo de modernização deflagra instabilidade. (...) Os regimes políticos primitivos e não diferenciados, de tipo hierárquico e autoritário, tendem a ser estáveis.”³²

Quanto à modernização política, desta vez no universo do sociólogo norte-americano Samuel P. Huntington, Campos coloca que, “ela inclui a racionalização de

31 CAMPOS, Roberto. “A espada enferrujada”. In: Temas e sistemas, op. cit., p. 285.

32 CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso”, op. cit., p. 29.

autoridade, a diferenciação de funções políticas, e, finalmente, a expansão da participação política. A racionalização da autoridade requer uma certa concentração de poder, antes dispersos entre autoridades tribais, religiosas, familiares ou éticas, de modo a se formar uma autoridade política nacional. (...) Há, entretanto, uma crucial distinção entre grau de participação política e grau de institucionalização política, e uma defasagem entre as duas leva inevitavelmente à instabilidade. (...) Quando o grau de participação supera o grau de institucionalização, o resultado é a instabilidade, com oscilações extremas entre a massocracia (sociedade de massa, na teoria de Kornhauser) e a autocracia (o Estado Pretoriano de Rapoport).”³³

Campos assinala ainda, o que pensa das principais causas do surgimento da instabilidade política: “A instabilidade política, que talvez constitua o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico, é assim o resultado de complexas interrelações. São particularmente vulneráveis as sociedades em rápido processo de modernização quando: 1. o ritmo de mobilização social é superior ao ritmo de desenvolvimento econômico, induzindo a frustrações sociais; 2. quando essa frustração social se transforma em exigência política ativista, não apenas das elites e da classe média, mas das massas; e 3. quando as instituições políticas, e, particularmente os partidos — como instrumento de coleta de aspirações, articulação de interesses e formação de programas — não tem capacidade para absorver, modelar, coordenar e satisfazer essas aspirações, ou criar símbolos substitutivos, reduzindo as frustrações a nível tolerável.”³⁴

Para Campos, o Brasil encontrava-se, no início dos anos setenta, em posição intermediária. Entendia que o país encontrava-se em “um grau apenas mediano seja de participação, seja de institucionalização política. Em 1964, rompeu o precário equilíbrio. Ao passo que se estimulava a participação popular no processo político, freqüentemente através de métodos de mobilização demagógicos, as instituições se enfraqueciam, sob o impacto da radicalização ideológica. A partir de 1964 tem sido mantido um grau razoável de estabilidade política, menos pelo aperfeiçoamento das instituições que pela diminuição

33 CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso”, op, cit., p. 30.

34 CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso”, op, cit., p. 31.

do grau de participação.”³⁵

Desse modo, Campos coloca a necessidade de se fazer uma análise objetiva das formas, perspectivas e obstáculos, assim como o ritmo de institucionalização, de modo a evitar-se o “relapso da anarquia social” com um eventual “risco de recompressão”. Neste sentido, Campos enumera o que chama de premissas cruéis para a institucionalização. “A primeira é que vivemos uma conjuntura em que a anormalidade se tornou permanente. A democracia se caracteriza pela sua enorme flexibilidade em absorver contestações. É essencialmente um sistema de administrar conflitos. Apenas, a contestação atual (meados da década de setenta) não se limita à dissensão intra-sistêmica. (...) Com a guerrilha revolucionária e o terrorismo urbano, a contestação se transforma anti-sistêmica, e global, e voltada contra o sistema de valores sociais. (...) Em segundo lugar, conquanto a contestação anti-sistêmica possa, em alguns casos, ser agravada pela repressividade do sistema ou seu baixo coeficiente de participação, seria ingenuidade imaginar que a simples descompressão política restauraria prontamente a lealdade do sistema. (...) A terceira premissa cruel é que no atual contexto histórico, um certo grau de autoritarismo parece inevitável na fase final da modernização, isto é, na transição para a sociedade industrial, se bem que o autoritarismo, por si só não traga nenhuma garantia de sucesso na modernização.”³⁶

As considerações de Campos colocadas acima demonstram claramente seu caráter “autoritário”. Esta sua postura política está também presente em suas concepções acerca do Estado, onde Campos entra em contradição em suas considerações ou suas tentativas de assimilar as teses do neo-liberal Friedrich Von Hayek, uma vez que para Hayek o autoritarismo é função do avanço das funções do Estado que se sobrepõe aos mecanismos de mercado.

Campos vai mais longe e acaba concluindo que o “autoritarismo” é forma predominante de organização política entre as nações. Entende que “a vasta maioria das nações em desenvolvimento pratica alguma forma de autoritarismo. Com efeito, não mais

35 CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso”, op. cit., p. 32.

36 CAMPOS, Roberto. “A opção brasileira”. In: *A nova economia brasileira*, op. cit., p. 224.

que um punhado de nações entre as 152 que compõe o universo político podem ser consideradas como praticantes da democracia no estilo ocidental. Assim, o autoritarismo, longe de ser um caso de patologia política, é talvez a forma predominante de organização política mundial”.³⁷ É importante notar que para Campos, a modernização ou o desenvolvimento capitalista brasileiro daquele período (pós-64) seria necessariamente acompanhado e viabilizado não só por um executivo forte, mas também por um poder centralizador que administrasse os conflitos sociais de modo a excluir as massas populares das decisões sobre os rumos do desenvolvimento econômico. É óbvio que se a reordenação pós-64 tinha por objetivo último o restabelecimento do livre fluxo internacional de capitais como alicerces do desenvolvimento econômico brasileiro, a repressão aos movimentos populares organizados se tornou uma necessidade para atingi-los.

Deste modo, sua postura plenamente “autoritária” nos vem a lume. Veio como uma consequência inevitável, dado o já exacerbado nível de concentração de renda e pauperização de enorme parcela da classe trabalhadora. Rejeita desde logo as formas de organização socialista e igualmente rejeita as formas políticas de democracia burguesa dos países centrais (que para Campos poderia acentuar as pressões regionais e tribais centrífugas, tornando mais difícil conter o consumo e promover a mobilização compulsória dos recursos de investimento³⁸, e emerge mais uma vez a vinculação de sua postura política e “autoritária” com seu modelo de desenvolvimento, principalmente com relação à sua teoria do bolo. Na verdade, estas concepções de Campos explicam, em parte, o que significa a sua orientação geral utilizada e sintetizada no lema “desenvolvimento com segurança”.

Para Campos, é grave e importante a melhoria do nível de institucionalização política. Entende que “não podemos depender nem exclusivamente de uma sanção pela eficácia — e a luz dos precedentes históricos, qualquer reversão de tendência pode gerar frustrações anti-sistêmicas — nem conter indefinidamente o anseio das massas de

37 CAMPOS, Roberto. “A nova ordem econômica internacional - aspirações e realidade”. Conferência proferida no Massachusetts Institute of Technology, Boston, em 4 de abril de 1977. In: *Além do cotidiano*, op. cit., p. 48.

38 CAMPOS, Roberto. “A nova ordem econômica internacional - aspirações e realidade”. Conferência proferida no Massachusetts Institute of Technology, Boston, em 4 de abril de 1977. In: *Além do cotidiano*, op. cit., p. 48.

participarem crescentemente do processo político. Pelo contrário, devemos utilizar, com um sentido de urgência, o tempo que nos foi concedido pelo sucesso econômico, para nos habilitarmos — mediante a institucionalização de um sistema político, dotado, como queria Lipset, de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência em sua organização e formas de proceder — para acolher e absorver as demandas de participação oriunda do corpo político.”³⁹

A necessidade de um regime “autoritário” aparece na obra de Campos como consequência concreta e como alternativa do conflito que se abre, oriundo das enormes contradições sociais existentes na sociedade brasileira, e das verdadeiras dificuldades históricas que se defrontam nossas classes dominantes para se institucionalizar plenamente um esquema predominante de acumulação de capital que reproduz de forma ampliada e aguda a superexploração da classe trabalhadora, superexploração que se expressa pelo quadro geral de arrocho salarial estrutural.

O que importa agora é reconhecer que dá enorme tensão social que emerge efetivamente da forma histórica de objetivação do capitalismo no Brasil, verifica-se que as formas bonapartistas de regime (intervenções ou golpes militares) se alternam com tentativas de institucionalização de um regime autocrático-burguês de dominação social. No bojo deste complexo processo político e econômico, a praxis de Campos se explica pela sua clara identificação e inserção enquanto intelectual orgânico das possibilidades concretas de atuação de nossas classes dominantes.

Para se conquistar a chamada normalidade democrática, Campos entende que é necessário, além da consolidação do ritmo de desenvolvimento econômico, a obtenção de certas condições: “Em primeiro lugar, suficiente popularização da Revolução. Em segundo, ambiente internacional favorável, particularmente em nossa imediata área de segurança na América Latina. Em terceiro lugar, uma renovação da classe política (congresso e executivos estaduais), a ser alcançada por qualquer dos três processos: a) cassação de subversivos e corruptos; b) cooptação horizontal, pela atração de tecnocratas e executivos para a área política, e; c) recrutamento vertical, pela cooptação de políticos jovens,

39 CAMPOS, Roberto. “A opção política brasileira”. In: *A nova economia brasileira*, op. cit., p. 227-228.

bafejados pelo apoio militar, ou pela eleição direta de elementos não compromissados com postulados demagógicos e revanchistas. Em quarto lugar, o controle satisfatório de surtos terroristas e extirpação de focos de guerrilhas revolucionárias.”⁴⁰

Campos busca eliminar teoricamente as contradições sociais do capitalismo brasileiro. Entende que em havendo uma reconciliação popular e a institucionalização política, estarão resolvidos os problemas para a consolidação da opção política da Revolução de 64, que no seu entender é um sistema consensual de democracia participante, com Executivo forte. A fórmula encontrada por Campos para a legitimação ou consolidação da opção do movimento de 64 passa pela reconquista da classe operária, dos estudantes e da Igreja, onde coloca que: “Há que reconquistar a classe operária, traumatizada pela cessação de extravagantes reajustamentos salariais e pela interrupção do processo político dos sindicatos. (...) Também foi alienada a classe estudantil. (...) Há, finalmente, o problema da Igreja, que propende a um socialismo romântico, numa competição com o marxismo pela captura de grupos desprivilegiados, descamba, às vezes, num radicalismo desinformado quanto às realizações genéricas do capitalismo, e ao desempenho efetivo da economia brasileira.”⁴¹. Por fim, Campos acredita que, uma vez percorridos os três imperativos do movimento de 64, ou seja, a reorientação econômica; a transmissão ordeira do poder e a institucionalização política, estarão dadas as condições para a viabilização da opção institucional pela “sociedade aberta”, ou seja, capitalista.

Considerações Finais:

Roberto Campos representou, sem sombra de dúvida, um dos mais interessantes personagens da recente história econômica brasileira. Como economista e diplomata — sem contar com seu tino frustrado para jesuíta — fez carreira brilhante. Transformou-se em “homem de Estado” dos mais influentes. Emergiu como técnico militante e gestor de políticas de investimento nos anos cinquenta (BNDE).

O Roberto Campos dos anos cinquenta e início dos anos sessenta é a expressão e o bom exemplo do economista que formula e que ao mesmo tempo é pragmático. Dentro

40 CAMPOS, Roberto. “A opção política brasileira”. In: *A nova economia brasileira*, op. cit., p. 230.

41 CAMPOS, Roberto. “A opção política brasileira”. In: *A nova economia brasileira*, op. cit., p. 232

desta perspectiva, seu objetivo explicita-se na busca de soluções para uma economia de capitalismo periférico. Já no início de sua trajetória intelectual revelou sua postura política explicitamente orientada no interior do espectro político da manutenção do “status quo”.

Na investidura do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica demonstrou mais uma vez seu traço autocrático característico, onde ao mesmo tempo formulou e implementou uma política econômica pragmática que pela sua própria natureza estava em harmonia com o processo bonapartista que então se instaurara.

Após sua experiência no primeiro escalão, afluí naturalmente para a iniciativa privada, sem contudo interromper sua atividade de ensaísta. É interessante notar que do final dos anos sessenta em diante, o conteúdo ideológico intensifica-se crescentemente. Nos anos oitenta recebemos dos discursos e artigos do Senador Roberto Campos, um exótico neo-liberalismo. Naquele momento, aparentemente o Campos representa uma certa descaracterização do ideólogo e economista desenvolvimentista atuante do passado. Ao tomar como paradigma de seus ensaios e discursos um neo-liberalismo “a la Thatcher e Reagan”, parece vagar num mundo quase abstrato diante dos dilemas da periferia. Entretanto, sua apologia do neo-liberalismo em meados dos anos 80 representava antes de tudo a vanguarda intelectual da classe dominante brasileira, cujo ideário iria tornar-se hegemônico nos anos noventa, após a abertura política e a eleição direta para o cargo de Presidente da República. Com Roberto Campos, aprendemos que democracia, neoliberalismo e institucionalização política do *status quo*, conformam um aparente paradoxo na nossa complexa especificidade histórica brasileira.

Bibliografia:

- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.
- ARON, Raymond. *Democracia e totalitarismo*. Ed. Presença, Lisboa, 1966.
- BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986. Coleção Os Economistas, apresentação de Tamás Szmreczányi. Tradução de S. Ferreira da Cunha.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brailiense, 1982.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANDAL, Arthur. *A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectiva*. Estudo Especial, IPEA n° 4, 1969.

- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo, LECH, 1978.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens*. Análise do pensamento tecnocrático 64-81, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DAVIDOFF, C.C. & PAULO, R. *Ignácio Rangel, um pioneiro — o debate econômico do início dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 1980, mimeo. (cap. II, item 2.2.2.).
- DELFIM NETO, Antonio et alii. *Alguns aspectos da inflação brasileira*. Estudos Anpes, nº 1, São Paulo, 1965.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfose*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DREIFUS, René A. *1964: a conquista do Estado*, Rio de Janeiro, 3 ed., Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo, Quatro, 1982.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Lia editor, 1970.
- FURTADO, Celso. *A fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 17ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- GENNARI, Adilson M. “As Idéias de Roberto de Oliveira Campos sobre a Intervenção do Estado na Economia”. Revista do IMES, São Caetano do Sul, Ano VIII, N. 23, 1991.
- GRUPO MISTO BNDE-CEPAL. “Análise e projeções do desenvolvimento econômico”. Rio de Janeiro, BNDE, 1957.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 1979.
- GUDIN, Eugênio. “Rumos da Política Econômica”. In: SIMONSEN, Roberto e GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.
- HAYEK, Friedrich A. Von. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro, 2ª ed., São Paulo, Globo, 1977.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades de mudança*. São Paulo, ed. USP, 1975.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- KALECKI, Michael. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- KEYNES, J. Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Atlas, 1982.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LENIN, Wladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa, Avant, 1975.
- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social*. São Paulo, LECH, 1979.
- MADI, Maria Alejandra C. *A vanguarda do pensamento conservador - um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964*. Campinas, UNICAMP, 1985, mimeo.
- MAIA, Rosana de Almeida. *Estado e industrialização no Brasil*, São Paulo, IPE/USP, 1986, mimeo.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril, 1982.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- MARX, Karl. *El capital*. 13ª ed., México, Fundo de Cultura, 1946.

- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo, Abril, 1982.
- MÜLLER, Geraldo. *Introdução à economia mundial contemporânea*. São Paulo, Educ, 1987.
- NURKSE, Ragnar. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira, crítica à razão dualista*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo, CEBRAP, 1981.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 25ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1980.
- PREBISCH, Raul. *El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria*. Boletín Económico para a América Latina, Nações Unidas, 1961.
- RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- RODRIGUES, Maria Angélica B. "Particularidades e objetivação do capitalismo". In: *Revista Escrita Ensaio*, nº 8, São Paulo, Ed. Livraria Escrita, 1981.
- RODRIGUES, Octávio. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México, Séc.XXI, 1980.
- ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- SAMUELSON, Paul A. *Introdução à análise econômica*. Rio de Janeiro, 6ª ed., Agir, 1966.
- SAY, Jean Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo, Abril, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril, 1982.
- SINGER, Paul. *A crise do milagre*. 6ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SERRA, José. "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra". In: *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2ª ed., 1983.
- SIMONSEN, Mário H. *Inflação: gradualismo versus tratamento de choque*. Rio de Janeiro, APEC, 1980.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOLA, Lourdes. *The political and ideological constraints to economic mangement in Brazil, 1945-1963*. Oxford, 1982, mimeo. Tese (Ph. D) University of Oxford.
- SZMRECSANYI, Tamás (org.). *Malthus, Thomas R. (1766-1834)*. São Paulo, Ática, 1982.
- TAVARES, Maria da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 11ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, BNDS, 1987.